

Resumo Apesar da clara heterogeneidade que informa a categoria social, também analítica, *mulher*, quando se fala nas mulheres sempre vêm ao pensamento as mais jovens. As que figuram exercer os papéis mais dinâmicos, ou mais esperados socialmente – sejam os tradicionais de sempre, que compõem a ainda idealizada família nuclear, sejam os profissionais contemporâneos, em novos postos no mercado de trabalho e na política. Para elas são pensadas as políticas sociais mais básicas: os acessos às práticas educacionais; a atenção em saúde, com as suas campanhas sempre voltadas para as faixas de idade reprodutiva; a novíssima atenção ao problema da violência contra a mulher, visto academicamente como apenas questão de gênero. Vale lembrar que *as velhas também existem*, e se destacam, não como «problemas sociais», ou como ranzinzas ou doces avozinhas, como mais livres, saudáveis, sexuadas e criativas do que as de sua geração em épocas anteriores.

Palavras-chave mulheres, velhas, gênero, gerações, políticas sociais.

Abstract

Old Women too

Despite the clear heterogeneity that informs the social and analytical category «women», when we speak of women the notion that comes through is always that of young adult women. They are the ones who perform the more dynamic or socially expected roles – be they the usual traditional ones, that figure in the still idealized nuclear family, be they those of the contemporary professionals, in new roles in the labor market and in politics. For them are formulated the most basic social policies: access to educational practices; health care, with campaigns always geared towards women in reproductive age; the newest attention to the issue of violence against women, seen academically as simply a matter of gender. In this paper we argue that *old women also exist* and express themselves, not as «social problems» nor as nasty old ladies or sweet grannies, but as much freer, healthier, more sexually alive and creative women than old women in past generations.

Keywords old women, gender relations, generations, social policies.

Résumé

Les vieilles aussi

Malgré l'hétérogénéité qui informe la catégorie sociale, et analytique, *femme*, lorsqu'on parle des femmes ce sont toujours les jeunes qui nous viennent à l'esprit. Celles qui exercent les rôles les plus dynamiques ou couramment exercés dans la société – soit les rôles traditionnels propres à la famille nucléaire idéalisée, soit des rôles professionnels contemporains, dans de nouvelles fonctions sur le marché du travail et de la politique. C'est à elles que s'adressent les politiques sociales de base: l'accès à l'éducation; les soins médicaux, dont les campagnes sont toujours tournées vers les femmes d'âge reproductif; la toute nouvelle attention accordée au problème de la violence contre les femmes, perçue

par l'académie comme n'étant qu'une question de genre. Il faut alors rappeler que les *vieilles existent aussi* et qu'elles ne sont ni «un problème social» ni de petites grand-mères acariâtres ou gentilles, mais qu'elles se montrent plus libres, saines, sexuées et créatives que les femmes de cette même génération à des époques antérieures.

Mots-clés femmes, vieilles, genre, génération, politiques sociales.

Apesar da clara heterogeneidade que informa a categoria social, também analítica, *mulher*, quando se fala nas mulheres sempre vêm ao pensamento as de idades mais jovens ou medianas. São as que figuram exercer os papéis mais dinâmicos, ou mais esperados socialmente – sejam os profissionais contemporâneos, em novos postos no mercado de trabalho, sejam os familiares de sempre, que compõem a ainda idealizada família nuclear. Para elas são pensadas as políticas sociais mais básicas: os acessos às práticas educacionais, as idades/limites de ingresso no mundo do trabalho; a atenção em saúde, com as campanhas governamentais sempre voltadas para as faixas de idade reprodutiva; a atenção ao cada vez mais visibilizado problema da violência contra a mulher, igualmente voltado para as mais jovens, além de analisado como apenas questão das relações de gênero, na ordem patriarcal.

Mas *as velhas também existem*, e se destacam hoje, mais além da imagem tradicional de ranzinzas ou de doces avozinhas, como mais dinâmicas, saudáveis, livres, sexuadas e criativas do que as de sua geração em épocas anteriores.

Essa própria categoria, *mulher idosa*, é heterogênea, multifacetada, plural. Recorde-se as diferentes idosas que se vê na rua: pobres, ricas e «remediadas»; brancas, pretas e pardas; mais velhas, menos velhas, «conservadas»; bem femininas, ou, até, «parecendo homens»; sérias e «ridículas». Que têm em comum que as identifique como o objeto de nossa análise?

É, sobretudo, serem de um determinado sexo/gênero e de um certo grupo de idade ou geração; caracteres de ordem biossocial rigorosamente fundantes da sociabilidade dos seres humanos – isto é, os que estão na base de todas as relações e situações sociais – e propiciam, portanto, a condição e o sentido investido nas várias etapas de cada percurso existencial.

Sendo assim, vivenciaram relações sociais que se entreteceram, no tempo, como relações de poder – dominação & subordinação, com alianças momentâneas – que têm determinado, ao longo da História, diferentes experiências e trajetórias de mulheres e de homens, de jovens e de velhos.

Como analisei em trabalho anterior (Britto da Motta, 1997, p. 27), para a mulher a prescrição tradicional foi: domesticidade e repressão social e sexual, desestímulo ou dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho, desigualdade de formação e de condições de trabalho em relação às dos homens, negação aparente de interesse e capacidade para a política e uma apropriação social do seu corpo expressa no controle familiar e na medicalização das funções reprodutivas. Em resumo, a expectativa obrigatória de uma «feminilidade» que significava obediência e conformismo.

Este padrão vem em franco desmonte, mas foi o que orientou a vida das mulheres que hoje são velhas. Do mesmo modo que a prescrição, ora cômoda, ora desconfortável, de uma fórmula de intensa e variada parceria sexual, afirmação de «masculinidade» como dominação da mulher e filhos, obrigação de ser o provedor único da família e expectativa de recebimento de «serviços» domésticos das mulheres, foi o que vigorou para os homens dessa mesma geração.

Essas diferentes expectativas sociais nortearam a trajetória dos homens e mulheres de mais idade com tal intensidade, que os diferenciais de gênero ainda hoje obscurecem ou ultrapassam, não raro, as diferenças de classe desses velhos e velhas.

Seguindo, mulheres e homens, essas trajetórias de vida tão diversas, quase paralelas, raras vezes confluentes, somente quando velhos têm encontrado destinos e situações mais assemelhados – aproximados pelo preconceito e pelo cerceamento social – porém jamais idênticas, em situações sempre nuançadas pela condição de gênero.

Assim é que os velhos no Brasil, depois de vivenciarem, longamente, tentativas de alijamento prematuro do mercado de trabalho (situação que hoje também partilham com os jovens); de indefinição de papéis e respeito insuficiente no núcleo familiar (aliviados agora pelo apoio decisivo que passaram a dar ao orçamento da família, filhos e netos cerceados pela precarização do trabalho e pelo desemprego estrutural); de censura ou coibição de suas expressões da sexualidade; vivem hoje significativas mudanças em processo, em que se acentuam, mais uma vez, as diferenças de comportamento e expectativas para homens e mulheres, porém agora, bem mais favoravelmente a elas.

Essas mudanças iniciaram-se no campo político, principalmente a partir da década de 90, contribuindo para firmar, para os idosos, nova imagem de respeitabilidade pública geral, principalmente através do movimento dos aposentados – em suas lutas e manifestações por proventos mais justos e manutenção de uma previdência social pública (Britto da Motta, 1997). Ao mesmo tempo novas formas de inserção no campo da economia e da sociabilidade se desenvolveram. Descobertos como nova e destacada fatia do mercado consumidor, principalmente para a indústria de lazer (via clubes e excursões «para a terceira idade»), em seguida mais sintonizada, em «programas para a terceira idade», de caráter mais eficazmente cultural, daí partiram outras mudanças, fundamentais, no campo da sociabilidade (Britto da Motta 1999; 2004).

Ao buscarem novas formas de circulação extrafamília, o que foi facilitado pelas várias modalidades de grupos «de convivência» ou dos referidos programas e cursos «para a terceira idade», oferecidos no mercado educacional e de lazer/cultural, não apenas a sociabilidade intrageracional foi retomada, ou iniciada, como uma nova sensibilidade de grupo, com muitos encontros, alegria e camaradagem, que ao longo de alguns anos produziu um início de identidade coletiva de geração – e isto foi algo alcançado basicamente pelas mulheres (Britto da Motta, 1999).

Seus inúmeros depoimentos vão de expressões de alegrias e coleguismo, às de consecução de objetivos e afirmação grupal.

«... Eu não tinha pra onde ir. Depois que eu vim pra aqui vi uma coisa melhor, a gente se distrai tanto, aqui, uma dá risada, os passeios que a gente faz pras igrejas, é uma turma de coroa» (Filomena, 69 anos).

«Mudei muito! Parece que fiquei até mais nova» (Adriana, 68 anos).

«Vivemos realmente um grande tempo!» (Senhora, entusiasmada, em um evento de idosas).

«Eu estou aqui pra mostrar do que o idoso é capaz» (Senhora em desfile/manifestação de rua).

Por ter chegado a essa percepção, foi que, intensamente crítica do comercialismo desses «programas» quando comecei a estudá-los, pude perceber, com o desenvolvimento da pesquisa, o quanto eles também «acertavam no que não viam», permitindo-me contestar, em parte, o argumento crítico de Philippe Ariès (1983) de que esses programas só serviam para «pôr em circulação o dinheiro dos idosos», pois que eles desenvolveriam um jogo no qual todos os participantes poderiam ganhar (Britto da Motta, 2004), porque os organizadores das atividades ganhando dinheiro pelo serviço oferecido, também estariam propiciando aos idosos a circulação social. Os idosos?! As mulheres, basicamente.

Naquele primeiro momento do movimento dos aposentados, as mulheres quase não participavam. Só depois iriam chegando...

Elas estavam já em grupos, porém em outros espaços, o dessa sociabilidade organizada para a «terceira idade», mergulhadas em atividades de certo modo culturais, e principalmente de lazer. Não se adivinharia, então, qualquer resquício de percepção identitária e política, nesse âmbito, para elas.

Por outro lado, não tinham experiência política e social já desenvolvidas para estarem em número minimamente significativo no movimento dos aposentados, original e maciçamente masculino. Mas é importante documentar que consciência facultava o contexto social de fim de século a essas mulheres, já que a elas não tinha sido dado acesso ao mercado de trabalho, à experiência pública/política, e, não raro, até à educação primária completa. Ainda assim, algumas já estavam lá, no movimento dos aposentados.

Recordemos essas primeiras – raras – mulheres, participantes das manifestações de rua e, sobretudo, das reuniões semanais da Associação de Aposentados da Bahia, início da década de 90 do século passado, no Clube Fantoche de Euterpe, em Salvador. Eram, sobretudo, pensionistas, poucas participando das discussões e iniciativas do grupo, uma única mulher na Diretoria, espécie de Secretária Feminina, como ainda era usual – exemplo de casos álibi – em agremiações políticas no Brasil da época. Figura modelar, atuava à maneira de dona

de casa eficiente, recebendo os que chegavam, obsequiando, providenciando água e cafezinhos... Como observado pela equipe de jovens estudantes de sociologia da UFBA, na época (PEREIRA et al, 1992). Faziam o que tinham sido socializadas para fazer.

Anos depois, já «escoladas» não apenas na Associação, mas também nos Grupos e Programas para a Terceira Idade daquele movimentado fim-de-século (Britto da Motta, 1999), vamos (re)encontrá-las bem mais ativas, numerosas e reivindicativas como participantes de um Fórum Permanente em Defesa do Idoso. Que se iniciou dirigido por uma mulher.

Criado em Salvador, Bahia, em 2004, por iniciativa da Associação de Aposentados (ASAPREV-BA) objetivando articular a atuação de várias entidades envolvidas com a questão do envelhecimento, o Fórum passa e ultrapassa a questão previdenciária em direção a horizonte mais amplo, o dos (vários) direitos dos idosos, estendendo-se à implementação do também recente Estatuto do Idoso, sua inspiração e estímulo. Pretendendo recobrir, em princípio, a abrangência de ações diferenciadas que informam as duas últimas décadas do século XX, o Fórum desemboca numa politização do cotidiano que o Estatuto apenas inicia: O tempo dirá mais (ver Azevedo, 2007).

Entretanto, uma questão de gênero já está posta, aguardando o desenrolar dos fatos: que troca de experiências se dará entre a politização explícita dos homens e a sociabilidade tradicional das mulheres, oriundos de dois diferentes tipos de agrupamentos neste encontro político tão novo?

Um ponto crucial a assinalar-se na vida dos idosos, em geral, mas particularmente em relação às mulheres, é a vida em família. Um terreno de mitos. Um deles, que vem perdendo a força, minado pela observação cuidadosa da realidade, é o da dependência dos idosos, principalmente das mulheres – pela alardeada fragilidade e pelo fato de sua maior longevidade. Ainda está bem próximo o tempo de uso acadêmico e administrativo de uma multireferida «razão de dependência», sempre desfavoravelmente calculada em relação aos idosos. A realidade é que firmam-se estes, ao contrário e cada vez mais, como arrimos de família – ainda quando percebendo parques proventos e pensões – em uma sociedade marcada pelo desemprego «estrutural» e conseqüente dificuldade de sobrevivência material e social. Quando ter uma casa, por exemplo, é crucial para o possível abrigo dos filhos, inclusive adultos.

Faz a Sra. M., 73 anos, uma referência típica: «Tem essa casinha aí embaixo, e a gente recebe algum trocadinho pra ajudar o filho que mora aqui» (Souza, 1994, p. 38).

Esse registro social, principalmente da idosa como dependente, é contraditoriamente concomitante com o outro, tradicional, da mulher como cuidadora, que efetivamente é exigido e exercido.

Também Ana Maria Goldani (1999, p. 82) critica: «[...] uma continuada dis-

criminação em que a mulher idosa é vista como dependente da família, quando, na verdade, ela cumpre, cada vez mais, a função de cuidadora de todos».

Em realidade, as idosas são arrimos de família também como cuidadoras de casa e de netos e, em parte, na realização de trabalho doméstico. No que contrariam outra concepção, ainda vigente, de que velhas não seriam produtivas nem reprodutivas, como também critica Clary Krekula (2007). Elas continuam a reproduzir, real ou potencialmente, a força de trabalho em seu cotidiano doméstico; além de, especialmente, como velhas, atualizarem a memória social. Minhas pesquisas revelam que mesmo as muito idosas atuam, em graus variados de atividades, no âmbito doméstico.

Por exemplo, muito mais que «olhar» os netos, D. Vitalina, 82 anos, viúva, seis filhos, relata (Britto da Motta, 2004): «Faço tudo em minha casa. Há muito que não tenho uma empregada. Acho que não conseguiria mais dividir minha casa com mais ninguém».

E D. Eremita, 91, viúva, ainda que não morando só, revela: «Eu ainda cozinho, nessa idade que você está vendo».

Por outro lado, para ambos os segmentos de idosas, as «jovens» e as mais velhas, uma característica existente, raramente registrada, – e de múltiplos significados – é a de serem mulheres sós. Mulheres que excedem, estatisticamente, os homens, ficando sem par estável, mas com o governo da própria vida. São mulheres solteiras e, principalmente, descasadas e viúvas, que terminam por assumir aquele posto tradicionalmente masculino, mas crescentemente feminino, de chefes de família. E vivem, simplesmente, a solidão afetiva – ou, pelo menos, a condição de sós.

Entretanto, as pesquisas revelam também um ângulo surpreendente do sentimento dessas mulheres sem companheiros: a grande maioria declarou que, tida a oportunidade, não casaria de novo (ver Britto da Motta, 1999; 2004). Subentendida fica, então, que a apreciada *liberdade* que quase todas proclamam refere-se, no âmago, à libertação da histórica subordinação de gênero vivida individualmente (além de publicamente...) no interior de cada casa e casamento.

Essa condição de só pode significar, paralelamente a uma possível e apreciável forma de afirmação pessoal, ou superação de desigualdade nas relações de gênero, também um indicador alternativo de probabilidade de empobrecimento. Porque enquanto a chefia masculina de domicílios figura, comumente, a existência de uma partilha de responsabilidades econômicas e/ou sociais (além das domésticas!) com outro adulto – a esposa – a chefia da família por uma mulher expressa, majoritariamente, a referida solidão geracional e afetiva – isto é, que o homem não está lá. O empobrecimento, ou pelo menos a queda do nível econômico, é a mais visível consequência. Tanto mais facilmente encontrável, quando as mulheres hoje idosas tiveram muito menos oportunidades educacionais e de participação – inclusive igualitária – no mercado de trabalho que os homens da sua geração e têm, portanto, rendimentos mais baixos ou mais escassos que eles. Por

isso mesmo, as mulheres, principalmente das classes populares, têm que «se virar» em tarefas tradicionalmente femininas na produção doméstica ou/e fazer render, penosamente, o magro provento ou a pensão de viúva. Tanto mais quanto é cada vez mais comum alguma forma de dependência econômica, por parte de filhos e netos, inclusive adultos, dos pais idosos, como venho registrando.

Morar sozinha pode ter, entretanto, um significado alternativo e mais satisfatório. Pode ser, mais que consequência inevitável de celibato, viuvez, descasamento indesejado ou morte dos filhos, também consequência de decisão própria, maneira de auto-afirmação ou busca de tranqüilidade e independência – uma característica nova das mulheres, inclusive das de mais idade.

Márcia Macedo (2008) realiza um recorte intensamente atual da vivência de mulheres chefes de família, no qual, a par das diferenciações segundo situação de classe, em sua possibilidade ou não de realização de escolhas, analisa como «novo objeto», «aquisição histórica recente», a mulher chefe de família de classe média. Onde cabem, e talvez com mais experiência e segurança, as mulheres idosas. Comparadas às que, em quase confidência, na pesquisa me declaravam «Agora chegou o tempo de pensar também em mim» (Britto da Motta, 1999), quase dez anos depois a dinâmica social lhes ensejou maior escolaridade, profissionalismo e segurança interna, para poderem falar, sempre com satisfação, em termos de «recomeçar a vida», e dar depoimentos como o recolhido por Macedo, (2008, p. 222):

«Num certo sentido, depois que eu me separei minha situação melhorou, eu fiquei mais sem grana, porque tenho que assumir tudo sozinha, inclusive uma filha, mas eu estou tendo, como há muito tempo não tinha, minha vida de volta para mim» (Maysa, 50 anos, economista).

Uma das razões fortes para o desejo de morar só, das mulheres idosas com os filhos criados, refere-se à comum e pressionante tentativa de interferência, ou até ingerência, dos membros mais novos da família sobre a vida – atividades, saídas, uso do dinheiro, até vida sexual-afetiva – dos seus idosos, principalmente das mulheres.

Apesar de colaborações, apoios e demonstrações de autonomia, os mecanismos cotidianos de expressão das lutas de poder entre as gerações estão sempre em alguma forma ou nuance de atuação. E quanto mais velha, mais difícil a liberação.

Por isso, D. Judite, apesar de saudável, em seus 93 anos, morando com o filho casado e as netas, não arrisca: «Hoje não gostaria de morar sozinha, já estou muito velha para isto. Mas sempre gostei de ter minha casa; sinto muita falta disso».

Um pouco menos idosa, D. Maria Altina, 84 anos, antes bem casada, viúva há alguns anos, mora sozinha e assume com vigor: «Na minha casa eu recebo quem eu quero, como quero e quando quero e vivo às minhas custas. Nada de morar em casa de filho». Caso semelhante e bem expressivo, mas referido ao

marido, é o de D. Francisca, 87 anos: «Ele me maltratou muito, por isso, pra mim foi um alívio quando fiquei viúva. Não pense que queria que ele morresse, mas realmente foi como se de repente pudesse ter a liberdade que nunca tive».

Venho, há algum tempo, analisando essa percepção das mulheres idosas, que denominei *liberdade de gênero*, e resumiria aqui como realmente correspondendo ao sentimento de alívio pela cessação de antigos controles e obrigações societários que pesavam sobre a mulher quando jovem, e até madura, etapas em que a sua definição social se dava, antes que tudo, como reprodutora – de novas vidas, pelo casamento, da domesticidade e, depois e sempre, da vida privada (Britto da Motta, 1998).

Cumprido o ciclo básico da vida familiar, aqueles controles tornados desnecessários – porque internalizados, superados ou obviados pela viuvez – a vida, na velhice, pode agora tornar-se mais leve, mais livre, nesta sociedade pós-revolução feminista, em rápida mudança de valores e costumes. Necessário é que os vários campos, científicos e políticos, percebam isso, alcançando a possibilidade de realizar um reconhecimento social da categoria idosa/idoso que lhes permite ir mais fundo em sua ação e potencialmente alcançar uma militância ética e política mais eficaz.

Não poderia concluir, contudo, sem mencionar que não há dimensão social, hoje, onde a omissão da presença das idosas seja mais sensível ou surpreendente do que no caso da violência. Ao ponto até de, além de deixá-las publicamente desprotegidas, abandonar-se também uma parte importante da discussão teórica sobre âmbitos e conseqüências das (rel)ações violentas.

A violência contra as mulheres não se restringe à vitimização daquelas em idade jovem, no período reprodutivo, como retrata a grande maioria dos trabalhos. Ao contrário, essa violência continua e assume novas formas, velhice adentro. Sendo, neste caso, uma expressão gritante das relações intergeracionais tanto quanto das relações e desigualdade de gênero, porque exercida, como vêm demonstrando as pesquisas, majoritariamente por filhos, filhas e netos sobre suas mães e avós. (Faleiros, 2009; Britto da Motta, 2008).

Trata-se a violência contra a mulher como uma questão de casal heterossexual, de relação oriunda da dominação histórica do homem sobre a mulher, em grande parte implícita uma motivação sexual.

Ora, o caso das mulheres idosas, frequentemente silenciado ou «abafado» pela família – ciosa de sua imagem social de proteção e tranqüilidade – quando ocorre no âmbito doméstico apresenta, em verdade, motivações e manifestações múltiplas, em que a sexual é a mais rara e os maus-tratos e a espoliação financeira, as mais comuns.

Por isso, encerro com perguntas ao feminismo: Que providências assumir? Como direcionar as instituições de proteção à mulher – delegacias e casas de passagem – também às idosas? Não há como ficar indiferente.

Referências Bibliográficas

- Ariès, Philippe (1983), «Une histoire de la vieillesse?», *Communications*, n.º 37, Paris, Seuil, pp. 47-54.
- Azevedo, Eulália (2007), «As mulheres fazem a diferença. Fazem também a indiferença?», in *Anais do XIII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste*, Maceió, CD-ROM.
- Britto da Motta, Alda (1997), «Terceira idade, gênero, classe social e moda teórica», in Ana Alice A. Costa e Ívia Iracema Alves (Org.), *Ritos, mitos e fatos – mulher e gênero na Bahia*, Salvador, NEIM, pp. 103-120.
- Britto da Motta, Alda (1999), *Não tá morto quem peleia: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos*, Tese (Doutorado em educação), Salvador, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- Britto da Motta, Alda (2004), «Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional», in Clarice Ehlers Peixoto, *Família e envelhecimento*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp. 109-144.
- Britto da Motta, Alda (2009), *Violência contra as mulheres idosas – Questão feminista ou questão de gênero?* Rio de Janeiro, Congresso da LASA.
- Faleiros, Vicente de Paula (2009), «Violência contra a pessoa idosa no Brasil», in Fausto Rodrigues Lima e Claudiene Santos (Org.), *Violência Doméstica*, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, pp. 231-242.
- Goldani, Ana Maria (1999), «Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero», in Ana Amélia Camarano (Org.), *Muito além dos 60 – Os novos idosos brasileiros*, Rio de Janeiro, IPEA, pp. 75-115.
- Krekula, Clary (2007), «The intersection of age and gender», *Current Sociology*, Inglaterra, v. 55, n.º 2, m. 1, pp. 155-171.
- Macedo, Márcia (2008), *Na Trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador*, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- Pereira, Idma Alves, Moreira, Rita, Franco, Nancy, Alves, Railda (1992), *Idosos em movimento; a conquista de um direito*, Trabalho Final de Graduação, Salvador, Departamento de Sociologia, Universidade Federal da Bahia.
- Souza, Nadiesel, Pontes, Paula e Rocha, Sérgio (1994), *As Representações do Envelhecimento*, Trabalho final de Graduação, Salvador, Departamento de Sociologia, UFBA.

Alda Britto da Motta. Socióloga, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Ciências Sociais e doutora em Educação. Pesquisadora do CNPq. Membro da Sociedade Brasileira de Sociologia e da International Sociological Association (ISA). Tem publicações sobre Relações de Gênero e Intergeracionais e a questão do Envelhecimento em periódicos e livros no Brasil e no Exterior. aldamotta01@hotmail.com

Artigo recebido em 29 de Outubro e aceite para publicação em 29 de Abril de 2011.